

Métis

História&Cultura

v. 10, n. 19, jan..jun. 2011

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
DE CAXIAS DO SUL**

Presidente:
Roque Maria Bocchese Grazziotin

Vice-presidente:
Orlando Antonio Marin

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL

Reitor:
Prof. Isidoro Zorzi

Vice-Reitor:
Prof. José Carlos Köche

Pró-Reitor Acadêmico:
Prof. Evaldo Antonio Kuiava

Coordenador da Educus:
Renato Henrichs

CONSELHO EDITORIAL DA EDUCUS

Adir Ubaldo Rech (UCS)
Gilberto Henrique Chissini (UCS)
Israel Jacob Rabin Baumvol (UCS)
Jayme Paviani (UCS)
José Carlos Köche (UCS) – presidente
José Mauro Madi (UCS)
Luiz Carlos Bombassaro (UFRGS)
Paulo Fernando Pinto Barcellos (UCS)

Editoria

Luiza Horn Iotti (UCS)

Conselho Editorial

Artur Henrique Franco Barcelos (FURG)
Benito Schimidt (UFRGS)
Carlos Henrique Aguiar Serra (UFF)
Fábio Vergara Cerqueira (UFPel)
Gunter Axt (Memória do Judiciário-RS)
Heloísa Pedrosa de Moraes Feltes (UCS)
José Alberione dos Reis (UFRG)
José Martinho Remedi (UNISC)
Lorraine Slomp Giron (UCS)
Marília Conforto (UCS)
Natalia Pietra Mendez (UCS)
Rejane Barreto Jardim (UFPel)
Roberto Radünz (UCS/UNISC)

Conselho Consultivo

Alexandre Hecker (Mackenzie/IHGSP)
Angelo Trento (Universidade de Nápoles)
Barbara Weinstein (University of Maryland)
Chiara Vangelista
(Università Degli Studi di Genova)
Cícero Galeno Urroz Lopes (Unilasalle)
Cláudio H. M. Batalha (CECULT/IFCH/UNICAMP)
Eliane Lúcia Colussi (UPF)
Eliana Relá (UCS)
Isabel Bilhão (UEL)
José Miguel Arias Neto (UEL)
Márcia Janete Espig (UFPel)
Marília Schneider (USP)
Núncia Santoro de Constantino (PUCRS)
Rene E. Gertz (PUCRS/FFCH)
Sérgio da Costa Franco (IHGRS)
Sílvio M. de S. Correa (UFSC)
Tania Regina de Luca (UNESP)
Vania A. B. M. Hereia (UCS)
Zilda Márcia Gricoli Iokoi (USP)

Métis

História&Cultura

v. 10, n. 19, jan./jun. 2011



EDUCS

Capa: Thanara Schönardie

Foto da capa: Fernando Bueno (detalhe da fachada de um prédio na Praça da Alfândega – Porto Alegre – RS)

Editoração: Traço Diferencial

Revisão: Organizadores e autores

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade de Caxias do Sul
UCS – BICE – Processamento Técnico

M592 Méis : história & cultura / Universidade de Caxias do Sul – v. 1. n. 1
(2002). – Caxias do Sul, RS : Educs, 2011.

v. 10, n. 19 (jan./jun. 2011)

Semestral

Disponível também: World Wide Web (<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis>)

ISSN impresso 1677-0706

1. História. 2. Cultura. I. Universidade de Caxias do Sul.

CDU: 94

Índice para o catálogo sistemático:

1. História	94
2. Cultura	008

Catálogo na fonte elaborada pela bibliotecária
Márcia Servi Gonçalves – CRB 10/1500

Direitos reservados à:



EDUCS – Editora da Universidade de Caxias do Sul

Rua Francisco Getúlio Vargas, 1130 – CEP 95070-560 – Caxias do Sul – RS – Brasil

Ou: Caixa Postal 1352 – CEP 95020-970 – Caxias do Sul – RS – Brasil

Telefone / Telefax: (54) 3218 2100 – Ramais: 2197 e 2281 – DDR: (54) 3218 2197

Home page: www.ucs.br – E-mail: educs@ucs.br



Sumário

África e Brasil: uma história de afastamentos e aproximações / 7

Marcelo Bittencourt e Sílvio Marcus de Souza Correa

ARTIGOS

Moçambique e o Índico: a circulação de saberes e práticas de cura *Mozambique and the Indian Ocean: the circulation of healing knowledge and practices* / 15

Eugénia Rodrigues

O contrato de moçambicanos para São Tomé e Príncipe: os ziguezagues da política colonial portuguesa no Novecentos / *The contract of Mozambicans to São Tomé and Príncipe: the zigzags of the Portuguese colonial policy in Nineteenth Century* / 43

Augusto Nascimento

Dimensões da escravidão na África: a baía de Biafra em perspectiva *Dimensions on slavery in Africa: the bight of Biafra, notes and perspectives* / 71

Nielson Rosa Bezerra

Que justiça deve-se aplicar? Dois tribunais coloniais privativos para os africanos em Moçambique / *What justice should be applied? Two private colonial courts to the "African" in Mozambique* / 81

Fernanda do Nascimento Thomaz

As sacerdotisas do culto à Dangbenoreino de Uidá: um estudo da literatura de viagem europeia (século XVIII) / *The priestesses of the Dangbe's cult from the kingdom or Whydad: a study of european travel literatura (18th)* / 99

Lia Dias Laranjeira

A religião e as possibilidades para uma abordagem histórica sobre a visão de natureza entre os tsonga através do discurso de Henri Junod *Religion and the possibilities for an historical approach about the vision of nature among the Tsonga through Henri Junod's discourse* / 117

Marcos Vinicius Santos Coelho

Os missionários da África na Bembalândia: processos exploratório para a instalação do catolicismo africano / *Missionaries of Africa in Bembaland: exploratory process to the instatement of the African Catholicism* / 139

Jefferson Olivatto da Silva

A vida social das coisas e o encantamento do mundo na África central e diáspora / *The social life of things and the enchantment of the world in central Africa and the diaspora* / 165

Camilla Agostini

Bexerins e jesuítas: religião e comércio na costa da Guiné (século XVII) / *Religion, commerce, and conflict in 17th Century Guinea: jesuits on the Guinea coast* / 187

Vanicléia Silva Santos

Des)mobilização para a luta: o esporte como estratégia nos conflitos da Guiné portuguesa (décadas de 50 e 60 do séc. XX) / *(De)mobilizing to fight: the sport as a strategy in the conflicts in Portuguese Guinea (decades of 50 and 60)* / 215

Victor Andrade de Melo

Fissuras na luta de libertação angolana / *Fissures in the Angolan liberation struggle* / 237

Marcelo Bittencourt

ENTREVISTA

Entrevista com o historiador Valdemir D. Zamparoni / 257

RESENHAS

SCHINKE, Karl Wilhelm. *Diário da África: o diário de um médico alemão na guerra dos hotentotes* / *Berichte aus Afrika: Tagebuch eines deutschen Arztes während des Hererokrieges* / 267

Silvio Marcus de Souza Correa

GEBARA, Alexsander. *A África de Richard Francis Burton: antropologia, política e livre-comércio: 1861-1865* / 275

Mônica Lima e Souza

Normas editoriais / 281

África e Brasil: uma história de afastamentos e aproximações

Em seu livro *Um rio chamado Atlântico*, Alberto Costa e Silva afirmou que “a história da África é importante para nós, brasileiros, porque ajuda a explicar-nos. Mas é importante também por seu valor próprio e porque nos faz melhor compreender o grande continente que fica em nossa fronteira leste e de onde proveio quase a metade de nossos antepassados. Não pode continuar o seu estudo afastado de nossos currículos, como se fosse matéria exótica”.

Com a Lei 10.639, de 2003, a obrigatoriedade do ensino de história da África e cultura afro-brasileira sinalizava uma mudança curricular importante, notadamente para aproximar a história de ambas as margens do Atlântico.

Aliás, o nosso afastamento em relação ao continente africano pode ser datado historicamente. Em seu livro *Brasil e África: outro horizonte*, José Honório Rodrigues apontou para a “desafricanização” do Brasil a partir de meados do século XIX. Com o fim do tráfico transatlântico e, por conseguinte, sem a reposição regular do seu capital humano de origem africana, foi obstruído o fluxo que perdurou por séculos e que garantiu as influências africanas em diferentes aspectos da vida brasileira. Além disso, as elites no Brasil oitocentista pleitearam a europeização da cultura nacional, notadamente da educação formal das novas gerações.

Em 1964, ao prefaciá-lo a segunda edição do seu livro, José Honório Rodrigues afirmava o quanto essa orientação eurocêntrica estava ainda presente nos currículos escolares na área de história, ainda que “a nossa europeização foi durante muito tempo apenas um caiamento”.

O Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB) teve importante papel no que tange à desafricanização da história do Brasil, pois já nos princípios norteadores da “história oficial” se define para os africanos um papel de coadjuvantes, jamais de protagonistas. Em *Como se deve escrever a história do Brasil*, de 1843, Carl F. P. von Martius dedicou as últimas páginas do seu ensaio à “raça africana em suas relações para com a história do Brasil”. Para o preclaro cientista e membro do IHGB, “a

História do Brasil será sempre a história de um ramo de portugueses; mas se ela aspirar a ser completa e merecer o nome de uma história pragmática, jamais poderão ser excluídas as suas relações para com a raça Etiópica e Índia”.

Nota-se que os princípios norteadores para escrever a história do Brasil concorrem para uma hierarquização dos elementos do conjunto nacional; aliás, a Nação passa a ser um ente histórico que pertence a uma história universal, notadamente eurocêntrica. Escrever a história do Brasil era, pois, uma forma de desaffricanizá-lo.

No campo historiográfico, Francisco Adolfo de Varnhagen contribuiu para essa desaffricanização ao reduzir as influências africanas à formação da sociedade brasileira, além de fazer “votos para que chegue um dia em que as cores de tal modo se combinem que venham a desaparecer totalmente no nosso povo os característicos da origem africana e, por conseguinte, a acusação da procedência de uma geração, cujos troncos no Brasil vieram conduzidos em ferros do continente fronteiro”.

Na historiografia brasileira, minimizaram-se, reduziram-se, subestimaram-se nossas “africanidades” em prol de uma miscigenação que se orientava, de modo geral, pelo ideal do branqueamento. Nota-se, portanto, que o processo de alienação, na historiografia nacional, foi simultâneo ao afastamento do Brasil da África em termos econômicos, políticos e culturais.

A desaffricanização do Brasil não era apenas ideológica, era também econômica, já que suas relações comerciais com a África foram coibidas pela política externa britânica e portuguesa. Enfim, as relações entre o Brasil e a África sempre foram tolhidas pelos interesses europeus, sobretudo dos portugueses, desde 1850, quando se buscou proibir a presença de agentes consulares brasileiros nos portos de possessões portuguesas na África e na Ásia até o acordo bilateral entre Portugal e Brasil que redundou no Tratado de Amizade e Consulta, de 1953.

Algumas vozes oitocentistas como as de Cunha Matos e Bernardo Pereira de Vasconcelos já chamavam a atenção para o perigo econômico do Brasil ao se afastar da África. Porém o Brasil acabou limitando sua política externa à Europa, aos EUA e à América Latina.

Assim, a desaffricanização não deve ser vista apenas como um resultado da miscigenação ou da diminuição de africanos no computo geral da demografia brasileira. Ela significou também um afastamento econômico, político e diplomático em relação à África. No plano cultural, ela traduziria, em outros termos, uma pretensa europeização.

Se durante o Império e a Primeira República, o Brasil foi se afastando da África, a partir da década de 30 (séc. XX), houve certa inquietação diante do perigo que a concorrência africana poderia representar para o Brasil, especialmente para o setor agroexportador. O algodão de Uganda, o cacau de Gana, o arroz da Guiné e, mais tarde, o café de Angola e do Quênia passaram a competir com os respectivos produtos nacionais no mercado internacional. Mas a África continuava à margem dos interesses nacionais. Em 1942, a África representava apenas 3% do valor total do comércio exterior do Brasil.

Da Era Vargas até o governo de Juscelino Kubitschek, a aproximação com a África não foi prioridade brasileira. O governo JK, inclusive, defendeu o colonialismo português. Ao mesmo tempo, o Senador Lourival Fontes (PTB) advertia, em seu discurso no Congresso Nacional (22/4/1955), que a concorrência africana representava uma grande ameaça à economia brasileira.

Mas alguns intelectuais e diplomatas brasileiros conheceram a África colonial e chamaram a atenção para o potencial africano. Gilberto Freyre foi o primeiro escritor brasileiro a visitar o conjunto de províncias portuguesas do Ultramar, embora não tenha ido ao Timor e a Macau. Ainda na década de 50 (séc. XX), o diplomata Adolpho Justo Bezerra de Menezes escreveu um livro no qual vaticina o papel do Brasil em relação ao mundo afro-asiático. Se no livro *Aventura e rotina*, Gilberto Freyre tratou das “constantes portuguesas” que encontrou durante sua viagem pela África e Índia, o livro de Bezerra de Menezes apresenta um quadro geral dos continentes africano e asiático com vários dados demográficos, geográficos, históricos, econômicos, etc. Todavia, o segundo é influenciado pelo primeiro e reza o mesmo credo do luso-tropicalismo.

Quase como “destino manifesto”, Bezerra de Menezes acreditava que o futuro do Brasil era ser uma potência luso-tropical. No entanto, forçoso era se voltar para o mundo afro-asiático. Afirmava, ainda, que Portugal poderia melhor se beneficiar do Ultramar tendo o Brasil por mediador no que seria uma “*Commonwealth* luso-brasileira”. Todavia, o chanceler português, Franco Nogueira, pensava exatamente o contrário. Os interesses do Brasil na África deveriam passar por Portugal. Condiçionava, assim, as vantagens do continente africano ao apoio político ao colonialismo português, ou seja, Portugal exigia do Brasil um “pacto colonial”.

Se a política externa do governo JK enfatizou a América do Sul em detrimento da África, isso não significa um desinteresse total pelo continente africano, embora pouco se soubesse no País sobre o que se passava do outro lado do Atlântico.

Em seu livro, Bezerra de Menezes afirma que a África era pouco conhecida dos brasileiros. “A exceção de Casablanca e Dakar, pontos de escala obrigatória dos navios e aviões que demandam a Europa, quase nada mais é conhecido da África pelos brasileiros.” Também José Honório Rodrigues se referiu à ignorância dos brasileiros em relação ao continente africano. Esse desconhecimento teria várias razões, inclusive históricas, pois o afastamento do Brasil da África favoreceu um processo de alienação cultural.

Em relação ao currículo das escolas brasileiras da década de 60 (séc. XX), José H. Rodrigues afirmava que “*pouco ou quase nada se ensina sobre a África. [...] O estudo da África está limitado à expansão colonial, do século dezesseis ao dezenove; na história do Brasil só os escravos e a escravidão relembram a África*”. Porém, o processo de independência no continente africano e a emergência de vários Estados nacionais ganharam destaque na imprensa brasileira, e os brasileiros passaram a acompanhar os descaminhos da África pós-colonial.

Reaproximando-se da África

Durante o período dos governos de Jânio Quadros e João Goulart, houve uma mudança em relação ao mundo afro-asiático. No bojo da política externa multilateral, esboçada entre 1961 e 1964, os países emergentes africanos receberam certa atenção da diplomacia brasileira, inclusive as províncias ultramarinas de Portugal. Evidentemente, o contexto da Guerra Fria limitou a margem de manobra da política externa brasileira, mas o Brasil não apoiaria mais o colonialismo europeu. Em 1961, foi criada a Embaixada Brasileira em Accra (Gana), depois, em Dacar (Senegal) e Lagos (Nigéria).

Nesse clima de reaproximação, foi bem-acolhido o livro de José Honório Rodrigues, já várias vezes referido, e que continua a ser “o melhor trabalho sobre as relações entre o Brasil e o continente africano, vistas da perspectiva brasileira”, na opinião do africanista Alberto Costa e Silva. Em relação ao estudo da história e da cultura africanas e afro-brasileiras, o livro *Brasil e África: outro horizonte* pode ser o marco de

uma mudança paradigmática. Como afirma seu autor, no prefácio da segunda edição, “o Brasil foi africanizado desde a chegada dos primeiros escravos no século XVI” e sua “desafricanização teve início em 1808, com a chegada de D. João, e se acelerou desde 1856 com a supressão do tráfico”. Como ainda registra o autor, esse livro representa “um esforço de compreensão e uma mensagem de fraternidade”. Nesse sentido, José Honório Rodrigues convida seus leitores para uma reaproximação com a África.

No Brasil, alguns professores estrangeiros já obravam nesse sentido como foi o caso do português George Agostinho da Silva, que fundou o Centro de Estudos Afro-Orientais (Ceao) em Salvador (Bahia) e o Núcleo de Estudos Africanos na antiga Faculdade Catarinense de Filosofia, em Florianópolis (Santa Catarina), e o francês Roger Bastide que lecionou na USP e foi autor de importantes obras, como: *Brasil: Terra de contrastes* (1957), *As religiões africanas no Brasil* (1960) e *As Américas negras: as civilizações africanas no Novo Mundo* (1967).

Cabe salientar que, no Brasil, houve a institucionalização dos estudos afro-asiáticos em termos acadêmicos entre 1959 e 1979. Criado em 1959, o Ceao é um órgão suplementar da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. Desde 1965, o Ceao conta com uma revista semestral: a *Afro-Ásia*. Ela divulga estudos relativos às populações africanas, asiáticas e seus descendentes no Brasil e alhures. Fundado em 1973, o Centro de Estudos Afro-Asiáticos (Cea), na Universidade Candido Mendes, no Rio de Janeiro, é uma instituição de referência internacional sobre África, Ásia e suas relações com o Brasil nas áreas econômica, política e cultural. Sua revista *Estudos Afro-Asiáticos* circula há mais de três décadas. Na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, foi fundado o Centro de Estudos Africanos (CEA), tendo sido lançada, em janeiro de 1978, a revista *África*. Através desse periódico, se divulgam estudos sobre o continente africano nos campos da sociologia, da antropologia, da ciência política, das relações internacionais, da história e da literatura.

Por meio desses centros e de outros institutos e cursos de graduação e pós-graduação, houve um melhor conhecimento sobre vários temas do mundo afro-asiático e em diferentes áreas do saber como etnolinguística, antropologia, história, etc. Vale sempre lembrar que a conjuntura do pós-guerra acirrou as tensões do colonialismo, tornando o clima propício para vaticínios sobre o mundo afro-asiático, mas também para um interesse acadêmico pela África e Ásia.

Se a relação entre Brasil e África teve suas discontinuidades nos últimos dois séculos, houve um maior interesse pela história e a cultura afro-brasileiras e africanas a partir da década de 60 (séc. recém-findo). Em 1961, além do *Brasil e África: outro horizonte*, de José Honório Rodrigues, foi publicado o livro *África: colonos e cúmplices*, de Eduardo Portella. Nesse mesmo ano, Eduardo Portella assumia, na recém-inaugurada capital do País, a presidência do Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos. No ano seguinte, era impresso um ensaio do senador Jarbas Maranhão, sob o título *Brasil-África: um mesmo caminho*.

Esse interesse pela África não foi somente acadêmico. Entre artistas, escritores e estudiosos da cultura brasileira, houve uma busca consciente pela África. Luís da Câmara Cascudo chegou a atravessar o Atlântico para melhor estudar as permutas afro-brasileiras. Dessa viagem resultou seu livro *Made in Africa*, publicado em 1964. Nesse mesmo ano, o escritor Antônio Olinto, adido cultural em Lagos, publicou *Brasileiros na África*.

Vale lembrar que artistas e intelectuais brasileiros tiveram supina importância na reaproximação do Brasil com a África. Tal reaproximação não podia se operar sem entrar em rota de colisão com o ideal lusotropicalista e a ideologia da mestiçagem que tanto agrada(va)m as elites do País, inclusive, entre seus representantes consulares. Em carta aberta no Primeiro Festival Mundial das Artes Negras de Dacar, datada de 31 de março de 1966, o artista plástico, ativista político e intelectual Abdias do Nascimento denunciou a política do Itamarati que excluiu da delegação oficial brasileira o *Teatro Experimental do Negro*, a *Orquestra Afro-Brasileira* e outros grupos artísticos.

No campo pedagógico, vários intelectuais afro-brasileiros não deixaram de apontar a alguns problemas no ensino das ciências humanas, notadamente sua orientação eurocêntrica. Em 1977, Abdias do Nascimento propôs no colóquio realizado durante o Segundo Festival Mundial de Artes e Culturas Negras e Africanas, em Lagos, o seguinte ponto referente à educação dos africanos na Diáspora:

Que os governos dos países onde exista significativa população de descendência africana incluam nos currículos educativos de todos os níveis (elementar, secundário e superior) cursos compulsórios que incluam História Africana, Swahili, e História dos Povos Africanos na Diáspora. (Colóquio, 1997).

Apesar de não ter sido acatada a proposta de Abdias do Nascimento, na sessão do colóquio que tratou do tema *civilização Negra e Pedagogia*, os delegados de diferentes nações africanas ficaram sabendo que não havia, no Brasil de então, em qualquer etapa do ensino (Fundamental, Médio e Superior), cursos sistemáticos de História da África, seus povos e suas culturas. Assim, a aprovação da Lei 10.639/2003 fez jus a uma reivindicação de, no mínimo, três décadas.

Do dossiê

É nesse sentido de aproximação com a África que o presente dossiê pretende, modestamente, contribuir em nível acadêmico, apresentando um pouco da nova produção historiográfica voltada a estudos africanos. Os dois primeiros artigos do dossiê são de dois africanistas estrangeiros que, gentilmente, aceitaram nosso convite. Eugenia Rodrigues, pesquisadora no Instituto de Investigação Científica Tropical (ICCT), em Lisboa, trata em seu artigo da circulação de saberes e práticas de cura entre Moçambique e outras partes do Índico. Augusto Nascimento, investigador no Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT) e colaborador no Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto e no Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, analisa, em seu artigo o *contrato* de moçambicanos para as ilhas de São Tomé e Príncipe no século XX. O terceiro artigo, de Nielson Rosa Bezerra, apresenta um estudo sobre a escravidão tendo por foco de análise o comércio de escravos no golfo de Biafra. De autoria de Fernanda do Nascimento Thomaz, o quarto artigo trata dos tribunais coloniais privativos para os *africanos* em Moçambique. O quinto artigo, de Lia Laranjeira, apresenta um estudo sobre ritos iniciáticos do culto a Dangbe no reino de Uidá com base em relatos de viagem do século XVIII. O sexto artigo, de Marcos Vinicius Santos Coelho, propõe uma abordagem histórica sobre a visão de natureza entre os *tsongas* com base nos estudos etnográficos do missionário suíço Henri Junod. O sétimo artigo, de Jefferson Olivatto da Silva, trata do expansionismo católico na Bembalândia desde o fim do século XIX até as primeiras décadas do século XX. O oitavo artigo é de autoria da arqueóloga Camilla Agostini e trata do encantamento do mundo por meio da análise da cultura material na África central. Cabe ressaltar que os artigos de Bezerra, Thomaz, Laranjeira, Coelho, Olivatto da Silva e Agostini apresentam resultados parciais de pesquisas realizadas em

programas de pós-graduação no Brasil e com ênfase em suas linhas de pesquisa em estudos africanos. O artigo seguinte, de Vanicléia Silva Santos, professora na Universidade Federal de Minas Gerais, versa sobre a dupla relação (religiosa e comercial) entre bexerins e jesuítas na Costa da Guiné, no século XVII. O penúltimo artigo, de Victor Andrade de Melo, professor na Universidade Federal do Rio de Janeiro, encerra o dossiê com uma abordagem sobre algumas ações do Partido Africano para a Independência da Guiné e de Cabo Verde (PAIGC), os quais mobilizaram o esporte no âmbito de suas estratégias políticas. *Last but not least* tem-se um artigo sobre a primeira dissidência ocorrida no Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), depois de sua decisão de iniciar a luta armada, em 1961, contra o Exército Colonial Português. O artigo é da lavra de um dos organizadores deste dossiê, Marcelo Bittencourt, professor na Universidade Federal Fluminense.

Fazem parte ainda do dossiê uma entrevista com o africanista Valdemir Donizette Zamparoni, professor de História da África na Universidade Federal da Bahia e duas resenhas de livros.

Por fim, gostaríamos de agradecer a acolhida da proposta do dossiê por parte da Comissão Editorial da revista *Métis: História & Cultura*, bem como aos nossos colaboradores. Esperamos que o conjunto de artigos, resenhas e entrevista produza um qualificado debate sobre história da África, colaborando para que essa área do conhecimento se consolide cada vez mais nos cursos de graduação e programas de pós-graduação em história no Rio Grande do Sul, assim como ocorre com universidades e outros órgãos de pesquisa de referência, em alguns estados do Brasil e em outros países.

Marcelo Bittencourt (UFF)

Sílvia Marcus de Souza Correa (UFSC)